

UMA ABORDAGEM TERRITORIAL A CERCA DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ-RJ

Leandro Ribeiro Cordeiro^I
Vinícius Neves Vasconcelos^{II}
Glauco José Marafon^{III}

Introdução

Este trabalho é o resultado de um esforço de análise em busca de uma abordagem territorial multidimensional para o município de Quissamã-RJ. Consideramos, de acordo com Saquet (2007), que as dimensões fundamentais para compreensão e constituição no real são a economia, a política, a cultura e as relações do homem, vivendo em sociedade, com a natureza.

Dessa forma, encaramos o território como síntese das relações de poder no espaço, produto da interação sociedade-natureza, historicamente construído, e condição para a reprodução social. Essas relações de poder são tanto materiais como simbólicas, e para esse entendimento é mister encarmos a complexidade da construção do território e da territorialidade de maneira (i)material, assim de acordo com Saquet (2007, p. 21),

esta é uma questão importante, porque é fundamental não se separar a (i) materialidade da vida, que se revela ao nosso olhar e compreensão, através da relação economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N) no processo de territorialização, e se traduz em objetos e relações, cotidianamente. Vivemos essa (i)materialidade, com objetivações e subjetivações indissociáveis.

Entendemos então, como afirma Mabel (2008), que o território é constituído por territorialidades materiais, como por exemplo, a construção de sistemas de engenharia e de instrumentos de gestão do território, segundo os interesses determinados pelas relações de poder, e (i)materiais como a identidade de uma população, com determinado território.

Contudo, “a territorialidade, além de incorporar uma dimensão política, diz respeito também às relações econômicas e culturais” (HAESBAERT, 2005, p.76), pois como um componente do poder, está ligado as diferentes estratégias em que as pessoas ou grupos se organizam no espaço e lhe dão sentido e significado com um caráter simbólico e funcional.

Para compreendermos o território do município de Quissamã, um antigo distrito de Macaé-RJ, é fundamental reconhecer o processo de constituição histórica e de que forma os principais atores influenciaram a dinâmica territorial do referido município.

Nesse sentido, o processo de ocupação de Quissamã esteve muito atrelado aos eixos dos rios, devido a problemas naturais como a retrogradação - avanço do mar sob o continente, que impediu e impede até hoje a construção de bons portos na região. Dessa maneira, a ocupação a partir das planícies fluviais e a presença dos ricos solos de massapé contribuíram para o desenvolvimento da cultura açucareira, que remonta o século XVIII, tendo um importante papel econômico, político e cultural no município desde então.

Com a emancipação em 1989, em busca de maior autonomia financeira e administrativa, Quissamã tornou-se um dos municípios mais beneficiados pelo pagamento dos *royalties* pagos pela Petrobrás proveniente da exploração de petróleo, na Bacia de Campos.

Assim, a emancipação e o conseqüente pagamento dos royalties marcam nosso recorte temporal, pois foi a partir desse momento que a prefeitura tornou-se o principal agente re-territorializador no município.

As principais discussões apontadas para a atual configuração do território quissamaense ocorrem em torno da importância política, econômica e cultural da atividade canavieira na região, bem como a emergência da prefeitura como principal organizador do espaço, com ações de revalorização do patrimônio natural, histórico e cultural e incentivo a produção industrial e a diversificação agrícola.

Para este fim, o trabalho está estruturado em três partes, na qual a primeira faz uma abordagem teórica acerca do conceito de território com base nas idéias de SAQUET (2007), buscando uma abordagem multidimensional das relações de poder, do território e das territorialidades. A segunda consiste em um breve histórico do processo de ocupação da região Norte Fluminense, em especial do município de Quissamã, fundamental para o entendimento da nossa temática. Por fim realiza-se uma análise multidimensional do território quissamaense centrada na ótica da atividade turística, um dos novos vetores propostos para o desenvolvimento quissamense.

Uma abordagem multidimensional do território

Para fazer uma análise multidimensional do território é necessário deixar claro o que se entende, neste trabalho, como território e seus principais componentes. Raffestin citado por Saquet (2007, p.75) deixa claro essa concepção, onde “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território. (...) Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’”.

As idéias de Saquet também concorrem com a idéia de multidimensionalidade das relações poder de poder que caracterizam o território, assim afirma que

(...) para uma abordagem múltipla e (i)material: econômico-político-cultural. Na compreensão do território, sempre acontecem relações de poder, desde as relações estabelecidas pelo Estado-Nação, até a multidimensionalidade das relações sociais. São as relações de força que condicionam e constituem o território. (2007, p.124)

Essa concepção é dada buscando um melhor entendimento do *real*, onde os processos territoriais muitas vezes superam as regulações e controles do Estado-Nação, sendo substantivado por relações multiescalares (explícitas e/ou implícitas) de poder. Dessa forma percebemos a pertinência de uma abordagem subnacional do território, na qual se leva em conta os aspectos materiais e simbólicos do território. Porque, conforme Manzanal (2007), definitivamente, os territórios são resultado da produção do espaço, que se constrói segundo as percepções e concepções particulares dos indivíduos, dos grupos e classes sociais.

Assim, “o território pode ser entendido à escala nacional e em associação com o Estado como grande gestor”. No entanto “ele não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. Os territórios enquanto materialização das ações sociais e relações de poder, “são construídos (e desconstituídos) nas mais diversas escalas” por agentes hegemônicos e hegemonzados da sociedade, deixando marcas materiais e simbólicas no espaço. (SOUZA, 2001, p.81)

Sendo os territórios distinguidos e legitimados por meio dos atores que efetivamente exercem poder, que de fato controlam o espaço pela territorialização, é imperativo entendermos como se dá o controle territorial. É feito por meio das territorialidades, que são

(...) o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, etc, resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações. (SAQUET, 2007, p.129)

A organização do espaço geográfico da sociedade organizada pelo trabalho e conseqüentemente pelo modo de produção, não é somente um reflexo da mesma, como trabalha Correa (2002). É ao mesmo tempo, uma condição para a reprodução social. E as territorialidades, enquanto ações de controle de um espaço, “são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território”. (SAQUET, 2007, p.127)

Outro aspecto relevante na abordagem territorial é o rompimento da dicotomia entre abordagens areais e reticulares, resultado da descontinuidade do territórios organizados em redes de circulação de pessoas, capital, informação e os mais diversos fluxos possibilitados pela globalização dos sistemas de engenharia¹ e de comunicação, característicos do período técnico-científico-informacional².

Dessa forma, de acordo com Haesbaert (2005, p.80) “a hegemonia dos territórios-zona característicos estatais que marcaram a grande colcha de retalhos política pretensamente uniterritorial, vê-se obrigada, hoje, a conviver com os novos circuitos de poder que desempenham complexas territorialidades, em geral na forma de territórios-rede”.

Influenciados por Correa (2001) e Haesbaert (2005), ocorre salientar que fazer uma análise territorial arial ou reticular está intimamente ligado à escala de análise. Pois todo território é a luz de outra escala, uma conjugação de territórios bidimensionais (áreas) descontínuas, territórios rede.

Este processo é o que Haesbaert (2005) denomina de *multiterritorialidade*, ou seja, caracteriza-se pela maior diversidade de territórios ao dispor das classes mais privilegiadas e também pela possibilidade de combinar a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios. Seja pela superposição, num mesmo espaço, de múltiplos territórios ou à conexão de múltiplos territórios em rede. Com essa interação em distintas escalas da vivência do território,

a realização da multiterritorialidade contemporânea, fica evidente, envolve como condições básicas a presença de uma grande multiplicidade de territórios e sua articulação na forma de territórios-rede. Estes como já vimos, são por definição, sempre, territórios múltiplos, na medida que podem conjugar territórios-zona (manifestados em uma escala espacialmente mais restrita) através de redes de conexão(numa escala mais ampla).

¹ Um *sistema de engenharia* “se define como um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho(.). Os sistemas de engenharia evoluem com a história.(.) Passam de um isolamento a uma interdependência crescente.” (SANTOS, 1998, p79-80)

² SANTOS (1999/2005).

Em nosso estudo do território quissamaense, essa percepção escalar do território é fundamental. Trabalharemos o território municipal de Quissamã em uma escala local, onde a perspectiva contínua do território nos parece mais coerente, porém não negligenciamos a ação de atores extra locais na definição da atual dinâmica do município.

É mister compreendermos a pertinência (i)material do território, na relação existente entre idéia e matéria presente em Saquet (2007), em que a matéria foi pensada, elaborada para uma determinada função na qual é fundamental para a reprodução da sociedade. Matéria e idéia se relacionam de forma indissociável no movimento da vida em sociedade.

O território “diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2005, p.74). Em outras palavras, Haesbaert (2005) calcado na diferenciação feita por Lefebvre entre apropriação, um processo mais simbólico relacionado ao valor de uso, e dominação, algo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca, afirma que o território vai da dominação política econômica concreta e funcional à apropriação simbólica mas subjetiva, “portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’” (HAESBAERT, 2005, p.76). Em Quissamã essa combinação “simbólico” “funcional” do território é bem clara com a revalorização/criação do patrimônio histórico cultural, que enquanto fixos no espaço e elementos de uma identidade cultural, apresentam-se como valor de uso. Por outro lado, é incorporada uma nova função dentro da lógica capitalista de consumo do espaço, vinculado com o valor de troca.

A construção do território quissamaense

O município de Quissamã é analisado em nosso trabalho sob uma perspectiva que tenta abarcar a face histórica desta porção do espaço fluminense que seguiu marcada por peculiaridades que propiciam, hoje, o desenvolvimento de viéses diferentes de oportunidades econômicas (petróleo, indústria, agricultura, turismo etc). Desta forma, seguindo as idéias de Cruz e Pinto (2008), consideramos um município “*petro-rentista*”, ou ainda um “*novo rico*”. Destacamos o direcionamento dos *royalties* para uma política de desenvolvimento que visa diversificar as bases econômicas e desprender-se (sem conseguir) da dependência da renda do petróleo.

Para Torrentes (2007) e Rua (2000) a atual configuração da cidade é resultado da ocupação histórica marcada pela criação do Engenho Central em 1877 (Figura 1), quando a partir deste momento, passaram a existir dois núcleos que convergiam suas atividades para a região. O Engenho Central de Quissamã aglomerava sete engenhos (Quissamã, Mandiquera, Machadinha, São Miguel, Monte Cedro, Santa Francisca e Melo) que até a sua inauguração funcionavam isoladamente. Seus principais donos eram da família Carneiro da Silva, que passou a dominar a governança e a política local desde aquela época até hoje.

Figura 1: Engenho Central de Quissamã



Fonte: Projeto de Inventário de Bens Culturais Imóveis – Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro – SEBRAE-RJ; UNESCO/Brasil; e Secretaria de Estado de Cultura do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC.

Desde o início da colonização da Região Norte do Estado do Rio de Janeiro, se tem a presença dos grandes produtores e das grandes fazendas. Quissamã, como dito, abrigou o primeiro Engenho Central, agregando a produção das fazendas produtoras de cana-de-açúcar. A sua criação ampliou o processo fundiário, já que as produções das pequenas fazendas eram obrigadas a serem levadas para o Engenho Central.

As terras onde está situado o município foram doadas no século XVII por Martim de Sá aos chamados Sete Capitães, que à época tinham interesse na criação de gado na região. A então vila de Quissamã nasce no ano de 1694, quando foi erguida a Capela Nossa Senhora do Desterro, próxima a um local que na época se chamava “furado”. À época a Freguesia de N.S. do Desterro de Quissamã era ligada à então Vila de Campos dos Goytacazes, somente em 1813 o atual município de Quissamã, passou a ser incorporado pela Vila de Macaé.

Historicamente, a maior importância econômica do município foi a cana-de-açúcar, entretanto, a primeira atividade econômica de que se tem notícia naquela área é a criação de gado. A partir da instalação de currais pelos Sete Capitães se tem a introdução da pecuária nas planícies costeiras do norte do estado. Por volta da década de 30 do século XVII, inicia-se esta atividade, com vistas a atender o mercado do Rio de Janeiro. É somente a partir do final do século XVIII que a atividade canavieira é introduzida na Região de Campos dos Goytacazes e a criação de bovinos cede lugar à cana. Neste período tem-se, também, a máxima introdução de escravos nas fazendas da região, assim como vão ser realizadas algumas obras de infraestrutura e diminuição da utilização de mão-de-obra. É importante lembrar que o Engenho Central de Quissamã foi o primeiro da América do Sul com estes moldes de produção.

O início do século XX revela à Quissamã um bom estágio de desenvolvimento econômico. Neste período a linha férrea ligava as produções às fazendas e ao Engenho e também ao município de Campos dos Goytacazes e ao Rio de Janeiro. Hoje, todo

desenvolvimento de Quissamã é contextualizado com o crescimento do interior fluminense. Ele acontece a partir da década de 1980, quando há o início da desconcentração da Região Metropolitana e com a conseqüente urbanização do interior do estado. O município não possui outros distritos além do distrito sede. As ligações com os municípios vizinhos são feitas pelas duas rodovias a RJ-196 e a RJ-178 e ainda, por uma ferrovia.

Desde o século XVIII a cana-de-açúcar era desenvolvida em pequenas, médias e grandes propriedades no estado, porém Quissamã seguiu com uma estrutura fundiária diferente, pois no município as grandes propriedades fundiárias marcavam a hegemonia de uma ou outra família que dividiam entre si as terras, monopolizando toda a produção.

Em relação às transformações ocorridas no município, percebemos que se encaixam no que chamamos de urbanidades³. A paisagem quissamaense sofre diversas alterações, entretanto, é importante comentar que apesar desta se modificar, o que vemos e pretendemos investigar é a união da paisagem histórica, que sofre um processo de refuncionalização, de resignificação unindo-se ao que podemos chamar de moderno como as urbanidades físicas e formais características de um mundo moderno.

Hoje, sem dúvida, o principal fator que promove as modificações no município de Quissamã é o acesso aos *royalties* pagos pela Petrobrás. O município está próximo ao topo da lista de beneficiados por estes *royalties*. Este acesso permite uma expansão da urbanização, do turismo e do veraneio, e até da especulação imobiliária. Sobre esta expansão (RUA 2003, p. 294) afirma que,

O dinamismo da expansão da urbanização, do turismo e do veraneio, da especulação imobiliária, da estruturação do mercado de trabalho e a vinda de pessoas de fora do município para nele trabalhar, colocam desafios crescentes, que afetam a identidade territorial de seus habitantes.

O pagamento dos *royalties* do petróleo aos municípios teve seu início em 1986, porém foi a partir de 1997, com a Lei 9.478/97 conhecida como *Lei do Petróleo*, onde os municípios chamados de confrontantes (os que possuem projeções territoriais na plataforma continental “em frente” a bacia produtora) passaram a receber um aumento vertiginoso de recursos (Cruz e Pinto 2008, p. 324). O significado deste aumento pode ser percebido pela evolução do orçamento geral do município, porém o que mais podemos destacar é a capacidade adquirida pelo município em investir.

Passamos a perceber na infra-estrutura da cidade, um avanço considerável desde a melhoria nas ruas (Figuras 2 e 3), com a “urbanização” das vias, até o expressivo aumento do número de estabelecimentos, o que aumenta o valor do setor terciário.

³ Conceito desenvolvido por RUA (2001) onde a urbanização transforma o espaço rural sem que este perca as suas especificidades. Seria uma urbanização ideológica, cultural e bastante difusa, que marca inúmeras manifestações além da urbanização física, formal.

Figura 2 - Pavimentação e urbanização de ruas próximas ao Centro.



Fonte: NEGEF, 2008.

Figura 3 - Melhorias na infra-estrutura da malha urbana municipal de Quissamã



Fonte: NEGEF, 2008.

O município passa, desde a sua criação, por um período de desenvolvimento ligado a outros fatores econômicos. Hoje, encontramos alguns exemplos desta perspectiva de desenvolvimento que foi apontada no início da década de 2000 e se configura como um processo vigente naquele espaço.

Um dos exemplos é a ZEN (zona especial de negócios), que é um projeto da prefeitura que prevê a melhoria na infra-estrutura local para o estabelecimento de indústrias. Estas melhorias vão desde eletrificação até a pavimentação das ruas, além de incentivos fiscais às empresas. A ZEN foi implementada em 2006 e já se começa a perceber os resultados. Podemos citar como exemplos de sua efetivação, a Cooperativa de Leite Macuco, a Pró-vida Alimentos e outras empresas ligadas ao setor industrial (metalurgia).

Dessa forma, de acordo com Rúa(2003), o açúcar foi historicamente o elemento territorializador do espaço regional e através dos anaviais que a região participa do aprofundamento entre agricultura e indústria. Já o petróleo, vem atuando como elemento desterritorializador/reterritorializador, principalmente através do pagamento dos *royalties* para a prefeitura municipal de Quissamã, e esta, se estabelece como principal agente hegemônico nas relações de poder.

Constatamos a importância das territorialidades por parte da prefeitura, munida dos *royalties* do petróleo, por intermédio de políticas públicas nas diversas áreas da economia do município, absorvendo grande contingente de mão-de-obra direta e indiretamente e subsidiando tanto a produção agrícola como a industrial. Assim a prefeitura exerce territorialidades preponderantes na organização do território de Quissamã.

Para trabalharmos com a escala é fundamental dissociar o conceito relacionado a cartografia, estritamente ligado ao recurso matemático (escala cartográfica) e associar as análises de pertinência de um fenômeno nas escalas que eles são percebidos (escala geografia). Para Castro (1995, p.134)

o significado mais usual, e mais simples, de escala é o de medida de representação gráfica (com redução ou ampliação) de área. Esta simplicidade matemática esconde a enorme complexidade do termo quando se trata de recortar a realidade espacial. Este recorte supõe, consciente ou inconscientemente, uma concepção que informa uma percepção do espaço total e do “fragmento” escolhido.

Como já foi dito, para fazermos uma análise do real além de uma abordagem multidimensional do território é necessário também a noção de escala, a fim de “compreender a diversidade e o choque entre intencionalidades em diversos níveis, as quais se revelam através de decisões e têm repercussão na ordem econômica, cultural, política e moral, assim como na ordem territorial” (SANTOS, 1988, p. 82).

Nesse trabalho, torna-se necessária essa reflexão por que temos como nossa escala de análise, a ação de atores locais e extralocais que definem a atual dinâmica do município de Quissamã. Dessa maneira “intuímos de imediato no mundo de hoje que o caráter das coisas se afigura distintos quando analisados na escala global, continental, nacional, regional, regional ou do lar/pessoal. O que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra.” (Harvey, 2004, p.108)

Harvey (2004) aponta para a importância das inovações tecnológicas, principalmente o sistema de transporte e comunicações, para as escalas da atividade humana. Destarte a

integração com o meio técnico-científico-informacional em Quissamã parte principalmente da possibilidade dos atores políticos, sociais e econômicos de vivenciar as múltiplas territorialidades em diversas escalas, por meio de uma maior difusão das informações (telecomunicações e informática), proporcionando uma maior integração entre o local e o global.

É mister ressaltar o caráter desigual das vivências no espaço (transformado em território), sempre intermediado pela técnica. Rúa (2007, p.184) afirma que

a transescalaridade e a multiescalaridade são vivenciadas de maneira diferenciada, pelos indivíduos e destes nos lugares. De acordo com suas capacidades de acumular técnicas/conhecimento/informação(...). Da mesma maneira, as territorialidades experimentadas podem, também, ser múltiplas ou mono, de acordo com a capacidade do indivíduo (e dele nos lugares) de se integrar ao movimento do todo social.

Sob uma ótica que visa realizar uma abordagem territorial e descobrir quais fatores têm contribuído para o desenvolvimento de Quissamã, ressaltamos a importância do patrimônio como estruturador da atividade turística. Este vem ganhando cada vez mais força dentro de inúmeras formas de apropriação e usos do espaço. Assim, cabe à Geografia a análise das modificações e das implicações decorrentes dessa atividade no espaço.

Essa relação entre turismo e áreas rurais pode-se destacar diferentes viéses, contudo, analisamos a interação entre o patrimônio (em nosso caso histórico, sem deixar de também ser rural) e potencialidade turística de Quissamã. Não deixamos também de trabalhar outras possibilidades como o patrimônio natural do município já bastante explorado e reconhecido.

A cultura e o patrimônio como base da atividade turística em Quissamã

O espaço rural brasileiro permaneceu tipicamente agrícola até a década de 1950, quando então, começou a sofrer intensas modificações advindas de um pacote tecnológico e de uma política modernizadora que visava à intensificação da utilização de recursos industriais no campo, com o intuito de se conseguir um aumento da produção.

Neste contexto, o turismo em áreas rurais ganha importância e se torna uma das emergentes formas de valorização do espaço, sendo considerado uma modalidade turística. Também, neste período, o turismo passa a significar para muitos produtores rurais defasados em relação ao advento de tecnologias empregadas no campo, uma alternativa de geração de renda e emprego.

Mendonça et al (2002) pondera que esta modalidade de turismo surge valorizando espaços considerados rurais e que por vezes encontravam-se esquecidos e sem valor. Também entende como a prática de se visitar e conhecer ambientes rurais se torna uma forma de resgate e valorização de culturas regionais específicas. Com discurso semelhante Cruz (2001) menciona que

o turismo em espaço rural nada mais é que a apropriação, pelo turismo, de mais uma dimensão do espaço geográfico. (...) ao apropriar-se de espaços rurais, tais como de cidades e de áreas naturais, o turismo impõe sua lógica de uso desses espaços e, a despeito dos conflitos que possam surgir desses processos, a prática turística

promove, em geral, a reorganização desses espaços para que ela possa acontecer (p.20).

A noção de patrimônio cultural rural é recente, assim como a descoberta de seu valor turístico. Segundo Mazuel (2000) esta modalidade é ainda, um fato que encontra dificuldade de definição, conhecimento, preservação, divulgação e até mesmo de promoção desse patrimônio. Entretanto, é consenso entre os autores que se dedicam a estudá-lo, que trata-se de um viés em total desenvolvimento e em processo de evolução crescendo aceleradamente.

Em contraposição a possibilidade de desenvolvimento do patrimônio rural adverte-se que, por vezes as políticas de promoção e efetivação realizam-se de forma marginal ao desenvolvimento de outras atividades de lazer e de turismo.

Sobre a apropriação da cultura quissamaense, entendemos ser o extenso conjunto de representações que descrevem, de certa forma, os elementos da identidade de uma pequena população historicamente marcada pela produção de cana-de-açúcar. Essas representações são manifestadas na arquitetura e no cotidiano de seus habitantes, que ao longo dos anos construiu certo tipo de costume.

O município ainda segue com um vetor de desenvolvimento rural, mas não enxergamos nesta “ruralidade” um motivo de atração turística, ficando somente o resgate da memória como a possibilidade de desenvolver-se uma atividade turística naquela parte do espaço fluminense. Sobre isto temos que “a permanência no meio rural, em um momento ou outro, pode animar-se ou enriquecer-se de um elemento cultural, que não é o essencial da estada” (MAZUEL 2000, p. 99).

Na contemporaneidade se observa que nos espaços rurais houve uma inclinação para a utilização das atividades não-agrícolas como forma de diversificar sua economia. A promoção do turismo e seu resultado é uma das oportunidades que mais se destacam entre as diversas alternativas à decadência do campo.

A preservação histórica do patrimônio tem sido justificada pelo desaparecimento e destruição de monumentos históricos e obras de artes em geral. Assim, desde a primeira metade do século XX, tem sido freqüente o surgimento de iniciativas em diferentes níveis, no sentido de preservar aquilo que fora destruído (GONÇALVES 2002, p.89).

Segundo o mesmo autor supracitado, a maioria “dessas iniciativas foram assumidas por membros da elite intelectual”, e tem sido justificada pela retórica da perda. “O mesmo sentido de perda assim como a urgência do resgate do patrimônio de arte e história do país estão entre os mais fortes motivos” que justificam a criação de órgãos, em diferentes escalas, de preservação dos patrimônios.

Desta forma, a valorização de municípios, ou localidades com traços históricos marcantes é um movimento que redescobre o local em contraposição ao global. As manifestações culturais, as tradições e as peculiaridades nos inserem em uma escala menor e nos permite olhar o patrimônio como algo que representa uma identidade e que possui um valor diferenciado, expressão de uma história e de uma formação social.

Estamos inseridos em um momento em que se redescobre continuamente, em diferentes escalas, o valor do patrimônio como elemento de afirmação de identidade e como viés de desenvolvimento econômico por meio do uso turístico. Percebemos o interesse cada vez maior dos gestores estaduais, municipais e mesmo federal em retrabalhar a história dos lugares com fins comerciais e de formação de identidades.

A relevância econômica que vem sendo criada e atribuída às atividades associadas ao turismo rural e cultural pode ser melhor percebida nas políticas e estratégias de desenvolvimento local, sobretudo em áreas marginalizadas economicamente. Constantemente percebemos prefeituras, empresários e a sociedade organizarem-se de forma a obter aumento de lucros e de riqueza através de negócios e empreendimentos gerados por meio da atividade turística.

Fonseca (1995) considera o patrimônio um recurso para o desenvolvimento local, considera ainda o processo de valorização deste, uma construção recente e que

está intimamente associada à especificidade que lhe permite fazer do espaço onde se localiza um lugar diferente de todos os outros, transformando-o numa atração turística que combina elementos tão diferenciados como a arquitetura, a gastronomia, as festas, as crenças, os modos de vida tradicionais e outros bens não materiais que lhe são associados.

Na Geografia os estudos acerca das potencialidades do patrimônio, seguem sobre o redescobrimto da cultura e de seus desdobramentos dentro da Ciência Geográfica. É nos primeiros anos do século XXI que a Geografia incorpora tendências culturais e identitárias com o fim de desenvolver estudos socioeconômicos Czerny (2006).

Essa perspectiva de uso de trabalhos sobre fenômenos culturais pela Geografia é apontada pela autora quanto afirma que

os autores de trabalhos sobre cultura, os quais tradicionalmente relacionavam os fenômenos culturais com a sociedade, hoje em dia cada vez mais os relacionam com o espaço. Eles tratam a cultura e os recursos sociais que derivam da atividade étnica não só como os objetos dados, e sim como produtos sociais que alteram e se modificam ao longo do tempo. (p. 180)

Assim, sublinhamos o papel da cultura e de seus desdobramentos nas investigações geográficas.

No âmbito legislativo, a Constituição Federal estabelece que é dever das esferas públicas em conjunto (cooperação) com a comunidade o estabelecimento, a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro. A mesma dispõe ainda sobre o significado e sobre como é constituído o patrimônio; composto pelos bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

No processo de valorização das culturas particulares e das heterogeneidades, surge um paradoxo. No atual desenvolvimento do processo de globalização, a valorização do particular é contraditória, isso por que estamos inseridos em uma universalização que tende a unificar os lugares, as paisagens, os espaços e as sociedades. Assim, a valorização patrimonial e, conseqüentemente, de uma identidade é entendida como uma resistência à descaracterização cultural particular.

Fonseca (1995) comenta o contexto de valorização cultural dizendo que

o interesse pelo patrimônio (arquitetônico, urbanístico, histórico e cultural), antes circunscrito a uma minoria culta e tradicionalista, tende a tornar-se um eixo estruturante da memória coletiva da atual geração de adultos (FONSECA, 1995 p. 48).

Além disso, o processo de atribuir novas funcionalidades ao patrimônio histórico e cultural pode representar uma ajuda na conservação do conjunto de bens e da história local, visto que as tentativas de preservação são lentas e praticamente inexistentes no espaço rural.

Segundo Santos e Pirete (2003) o desenvolvimento dessa perspectiva nas últimas décadas leva-nos a pensar e a investigar o processo de descoberta da possível saída ao marasmo econômico do rural em diferentes espaços e a promover o turismo como fonte de reestruturação da economia, sem perder a essência do rural.

A geografia também tem como função estudar e investigar temas culturais como a variedade de construções, as formas e as manifestações das diferentes culturas e mesmo as paisagens carregadas de marcas culturais Czerny (2006).

Sem dúvida a análise da paisagem cultural está entre os aportes investigativos mais comuns dentro da Geografia. Este tema apareceu pela primeira vez na Geografia alemã em finais do século XIX e início do século XX (CZERNY, 2006, p.176). Os principais autores entendiam a paisagem como parte do meio ambiente natural que sofreu alteração pelo homem. Consideravam a natureza como elemento passivo e o homem o componente ativo a modificá-la. Assim, a paisagem, como realidade visual limitada, acabou sendo deixada de lado das pesquisas de cunho geográfico. Segundo a mesma autora, antes mesmo da Segunda Guerra Mundial os geógrafos começaram a interpretar a paisagem cultural como propriedade surgida de um lugar.

Para a análise do espaço histórico e culturalmente carregado é necessário tomar posse de vários fatores, entre eles: os geográficos, sociais, econômicos etc. Czerny (2006) aponta para uma inclinação que a Geografia vem tomando quanto se propõe a entender e trabalhar com o viés cultural da paisagem. Ela liga a chamada Geografia Cultural aos fatores econômicos e delineadores das políticas de desenvolvimento. Afirma ela que já no início do século XXI as concepções socioeconômicas dos estudos sobre a paisagem têm abarcado tendências culturais, ou seja, cada vez mais tem se estudado a inserção de atividades relacionadas à cultura e ao desenvolvimento dos lugares.

Sobre esta relação do patrimônio com a transformação e o desenvolvimento econômico Czerny afirma que

as investigações sobre patrimônio podem ter diversos enfoques. Podemos concebê-lo também como o fator que participa no processo de transformação e no desenvolvimento socioeconômico da região. E não somente desta, mas, também do meio natural. Pois, o uso e a transformação do meio natural formam parte da atividade dos homens sendo relacionada com o sistema de valores, de idéias, de pensamentos que também constituem o patrimônio (CZERNY, 2006, p.182)⁴.

Em nosso recorte espacial esta identidade ainda é buscada e talvez forçada; a busca pelas origens traduz uma construção de herança patrimonial, e a união de forças entre os

⁴ Tradução própria retirada de: Las investigaciones sobre patrimonio puede tener muy diversos enfoques. Lo podemos concebir también como el factor que participe en el proceso de la transformación o de desarrollo socioeconómico de la región. Y no sólo de ello sino también del medio natural. Pues, el uso y la transformación del medio natural forman parte de la actividad del hombre siendo relacionados con el sistema de valores, de ideas, de pensamientos también constituyen el patrimonio.

agentes promotores e os discursos acabam produzindo uma memória apoiada nos elementos eleitos por estes promotores, produzindo “testemunhos” históricos e construindo uma memória e uma “cidade histórica”.

Uma das questões que nos levou a investigar o processo de intensificação do turismo é perceber como a história e a cultura local influenciam esse processo. Como podemos diferenciar se as transformações estão ligadas à atividade turística ou a outro tipo de fenômeno.

Reconhecemos não só as fazendas e os imóveis como patrimônio e sim, toda a história do lugar, até mesmo a paisagem (fortemente marcada pela atividade canavieira) e a sua estrutura atual. O patrimônio surge desta forma, como uma forma de se recuperar um “pedaço” do passado e a tentativa através do turismo de se ter uma ligação com a história, trazendo uma possível “permanência no tempo”.

Para buscar o fortalecimento da atividade turística em Quissamã, os agentes políticos têm tentado estruturar e organizar esta atividade. Notamos por parte da prefeitura uma clara intenção de buscar, através do patrimônio material e imaterial, o turismo como perspectiva de desenvolvimento econômico. Uma das propostas já efetivadas é a criação do chamado “Caminho do Açúcar”, que engloba outros municípios.

O território quissamaense tem como marca os casarões, e as grandes fazendas, que exerciam o papel de sede das propriedades agrícolas. Hoje, estes imóveis são aproveitados para o turismo, em um processo que claramente busca apoio na historicidade daquela porção do espaço.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos realizar uma abordagem territorial acerca do município de Quissamã-RJ e assim, analisar os principais agentes definidores do desenvolvimento do município, bem como os suas principais territorialidades. Consideramos para isso, que as relações estabelecidas no território quissamaense possuem dimensão política, econômica, cultural, além do aspecto de termos a dinâmica da sociedade embutida na relação do homem com a natureza.

Dessa forma, percebemos na dinâmica econômica de Quissamã uma gama de agentes (sociais, políticos e econômicos) que unidos a história da população local produzem condições favoráveis ao desenvolvimento diferenciado do município.

Concluimos que o processo de ocupação de Quissamã teve papel fundamental na construção de seu território. Apontamos que a atual configuração do território ocorreu em torno da importância política, econômica e cultural da atividade canavieira. Hoje, sem dúvida, o principal fator que promove alterações no município de Quissamã é o acesso aos *royalties* advindos da Petrobrás.

Um outro exemplo de viés de desenvolvimento para o município é o turismo. Este segue influenciado pela (re)valorização do patrimônio histórico e cultural. Assim, a história e a cultura local influenciam as transformações e ajudam a intensificar a atividade turística e a promoção da cultura local.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Iná Elias de. “**O problema da escala**”. In: - ; GOMES, P. C.; e CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos, e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2002. p. 96.

CERNY, Miroslawa. Geografia de la Cultura y Estúdios sobre el Patrimônio. In: ALMEIDA, Joaquim Anércio; SOUZA, Marcelino de. **Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação**. 1. ed. Santa Maria: FACOS/UFSM, p.175-185. 2006.

CRUZ, José Luis Vianna da; PINTO, Ana Beatriz Manhães. Quissamã: um município petrorentista. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo. (Org.). **Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária. p.319-345. 2008.

CRUZ, Rita de Cássia A. **Políticas de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, p.7-32. 2000.

_____. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2001. 107 p.

FONSECA, Maria Lucinda. Patrimônio, turismo e desenvolvimento local. In.: RODRIGUES, Adir A. B. (org.). **Turismo e Geografia: enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1995.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Iphan, 148p. 2002.

MANZANAL, Mabel (...) In.: **Territorios en construcción: actores, tramas y gobiernos, entre la cooperación y el conflicto**.

Orgs. MANZANAL, Mabel, ARZENO, Mariana, NUSSBAUMER, Beatriz.
1a ed. Buenos Aires: CICCUS, 2007.

MAZUEL, Luc. Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês. In: ALMEIDA, Anércio Joaquim; RIEDL, Mário (org). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru (SP): EDUSC, p. 95-116, 2000.

MENDONÇA, Maria Cristina Angélico de. et al. **Turismo no Espaço Rural: debates e tendências**. (2002) Disponível na internet.
http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/45270/2/revista_v4_n2_jul-dez_2002_6.pdf. 20 de outubro de 2008.

HARVEY, David. **Espaço de Esperança**. 2 edição. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 2004. 382p.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos território á multiterritorialidade**. Texto retitado do site: www6.ufrgs.br/petgea/. 2004

RUA, João. **As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a Emergência de novas territorialidades em áreas rurais.** In: MARAFON, Glaucio José, RIBEIRO, Miguel Ângelo e Rua, João (Orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. 330 p. p. 271-298.

RUA, João (Org). **PAISAGEM, ESPAÇO e SUSTENTABILIDADE: uma perspectiva multidimensional da Geografia.** 1. ed. RIO DE JANEIRO: ed. PUC-Rio, 2007. v. 500. 330 p.

RUA, João. (Coord.). **Quissamã: em busca de novos caminhos.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia UERJ / Prefeitura de Quissamã, 172p. 2000.

_____. **Seguindo novos caminhos: transformações territoriais e modernização no município de Quissamã – RJ.** Uma contribuição para o desenvolvimento local. 336 f. Tese (Doutorado em Geografia). PPGG-USP, 2003.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado.** São Paulo: Editora Hucitec, 1988. 124p.

SANTOS, José Rosselvelt & PIRETE, Maria José. Espaço Rural e as Perspectivas para o Turismo de Eventos. In: BAHL, Miguel (Org.). **Eventos: a importância para o turismo do terceiro milênio.** São Paulo: Roca, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** 1 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200p

SOUZA, Marcelo Lopes de . **O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: Castro, I.; Gomes, P.C.; Correa, R.L.. (Org.). *Geografia: Conceitos e temas.* 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. , p. 140-164.

^I Graduando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e membro do NEGEF- Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense.

^{II} Graduando em Geografia pela da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e membro do NEGEF- Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense.

^{III} Professor Doutor do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenador do NEGEF- Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense.